

LINO DE ARAÚJO, Denise. Enunciado de atividades e tarefas escolares: modos de fazer. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017, 147 p.

*Gilson Batista Gonzaga**

Na obra da autora LINO DE ARAÚJO, Denise. Enunciado de atividades e tarefas escolares: modos de fazer. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017, observamos uma preocupação ligada a tarefas escolares e os modos injuntivos, em bases teóricas, que norteiam esse fazer didático, de maneira que os discentes tenham modelos consistentes para se guiarem.

A autora é professora da Unidade Acadêmica de Letras da Universidade Federal de Campina Grande-PB, onde leciona na graduação desde 1996, e na pós-graduação em Linguagem e Ensino desde 2004. A docente é Pós-doutora em Educação, pela FAE/UFGM, na área de currículo, quando trabalhou (2012-2013) junto ao GECC – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Currículo e Cultura.

Na sua obra encontramos propostas educacionais distribuídas em 147 páginas, divididas nos seguintes capítulos: “Atividades e tarefas na aula de língua portuguesa”, “A sequência injuntiva no enunciado de atividades e de tarefas”, “questões discursivas e questões de múltipla escolha em atividades de leitura e de análise linguística” e “Elaboração de questões de múltipla escolha segundo o modelo do ENEM”.

No primeiro capítulo, a autora nos traz uma preocupação no tocante à diferença entre atividade e tarefas. Segundo Araújo (2017) é comum encontrar uma confusão entre essas nomenclaturas, bem como nas suas aplicabilidades em sala de aula. De acordo com o entendimento da autora, atividade nos mostra uma maior complexidade, envolvendo vários fatores importantes, ao passo que tarefa está inserida nesse contexto como uma de suas partes. Ao agir dessa maneira, será mantida uma hierarquia entre esses conceitos.

* Graduado em Letras - Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: gilsongonzaga@hotmail.com

O capítulo segue e nele observamos as finalidades para as quais as atividades se prestam. Observa-se que uma delas encontra-se na fixação de procedimentos de ensino mediados ou não pelo professor, trabalhos em conjunto - professor aluno, além de resolução das atividades desenvolvidas pelos estudantes, auxiliadas pelo docente de maneira individual ou em grupo. Também estão expostas as finalidades de verificação das atividades realizadas pelos alunos sem a mediação do professor, checagem e discussão dos resultados, além de atribuição de notas ou conceitos avaliativos.

Ressalta-se ainda, no mesmo capítulo, uma organização dos objetivos, que segundo Araújo (2017) são divididos em seis domínios, a saber: conhecimento e compreensão; aplicação, análise e síntese; por fim o processo avaliativo. Essa preocupação se coaduna com uma flexibilização entre os níveis de elaboração das atividades, uma vez que exigem operações mentais de diferentes complexidades, questões que provoquem diferentes tipos de reações mnemônicas, além de realizar um planejamento pedagógico em função das atividades.

O capítulo encerra-se trazendo propostas de atividades que envolvem aspectos cognitivos de aprendizagem, as quais necessitam de uma especificação do conteúdo a ser explorado, uma indicação do objetivo para avaliação da aprendizagem relativo ao conteúdo e indicação dos critérios para avaliação. A autora ressalta que a ação docente deve levar em consideração, além dos aspectos elencados neste capítulo, vários outros como os sociointeracionais, culturais e educacionais.

O segundo capítulo, “A sequência injuntiva no enunciado de atividades e de tarefas”, abre com uma discussão sobre as sequências injuntivas no processo de atividades, levando-se em consideração a utilização dos diversos gêneros textuais, nessas sequências injuntivas. Há também que se destacar a preocupação como esses gêneros são trabalhados nas tarefas escolares, de modo que haja um agrupamento de textos com sequências textuais.

Araújo (2017) o faz uma distinção entre sequência descritiva e sequência injuntiva, pois, segundo seu entendimento, a descritiva é voltada para um objetivo, preocupando-se com os detalhes que estão inseridos no objeto do discurso, ao passo que a sequência injuntiva tem por finalidade ver fazer as ações do destinatário.

Percebe-se, com isso, que a sequência injuntiva operacionaliza-se com base nos comandos injuntivos que se caracterizam sob a ótica de três comandos, a saber: o obrigatório que, de acordo com a autora, são comandos que necessitam ser executados, uma vez que existe a iminência de fracasso para o caso do não cumprimento, o que culminaria com uma punição. Além desse primeiro comando, Araújo (2017) ainda destaca o alternativo. Este por sua vez é implementado somente em caso de necessidade. Geralmente possui mais de uma proposta e, dentre estas, somente é obrigatória a execução de apenas uma delas. Por fim é percebido o comando opcional, o qual não é obrigatório para atingir o objetivo, possui mais de uma sugestão e sua escolha é direcionada ou não por uma delas.

A autora afirma que nos comandos injuntivos existe um predomínio de verbos no imperativo. Ela explica que essa injunção verbal encaminha o interlocutor para um objetivo, mesmo que venha a ocorrer alguma mudança. O uso do presente do indicativo e o tom de voz condicionam a um fim específico. Seguindo esses preceitos, os exercícios propostos são destacados como os de avaliação de aprendizagens, o nível básico de compreensão dos conteúdos e os comandos injuntivos.

Dentro dessa perspectiva injuntiva, Araújo (2017) traz uma reflexão a respeito das atividades relacionadas ao processo de escrita. Segundo a autora, o referido processo necessita de modelos os quais nortearão os alunos, fazendo-se necessária uma alfabetização textual, uma orientação para produção de gêneros multimodais. Essa orientação dividir-se-ia em didática, genérica e implícita. A primeira expõe os comandos exatos que o aluno deve seguir, a segunda trata dos detalhes específicos da produção textual e a terceira liga-se à produção coletiva e divulgação.

O capítulo se encerra com as orientações de ancoramento que, de acordo com a autora, são apresentações de modelos indicados à escrita dos gêneros multimodais, com base na orientação didática para a produção da narrativa, possibilitando, dessa maneira, uma reflexão quanto à funcionalidade das categorias de orientação. Vê-se, com isso, que a sequência injuntiva nos processos de atividades demonstra a finalidade de orientar o aluno a desenvolver trabalhos mais bem fundamentados, levando-se em consideração os diversos comandos existentes.

Em sequência, no capítulo terceiro, “questões discursivas e questões de múltipla escolha em atividades de leitura e de análise linguística”, observaremos a produção de atividades relacionadas a questões discursivas e múltipla escolha. A autora levanta uma preocupação quanto à produção de questões dessa natureza, pois para ela, essas atividades funcionam como auxiliar no processo educacional e, para tanto, tem que se levar em consideração variados fatores que se inter-relacionam à vida do educando.

Outro fator apontado por Araújo (2017) recai sobre a habilitação dos professores, no que diz respeito à produção de atividades relacionadas a essas propostas, uma vez que existem níveis de complexidade da leitura. Deve-se compreender que os gêneros textuais possuem diferentes formas de compreensão, considerando-se, nesse caso, que não se deve ter uma homogeneidade das atividades de leitura pela escola.

Essa preocupação com os níveis de leitura são entendidos como explícito, o qual é compreendido como automático e reconhecimento do gênero. Esse nível é pautado no que se encontra na superfície do texto, sendo captado rapidamente, considerado como questões objetivas, ao passo que o reconhecimento implícito necessita de inferências autorizadas, experiência de leitura, além de conhecimentos prévios, relacionando-se a questões inferenciais. Por último, o nível metaplícito exige uma maior reflexão, pois pede que o aluno se debruce sobre a intertextualidade, distinção entre ficção e realidade, aspectos estéticos e morais e o senso crítico, referindo-se a questões avaliativas.

A aplicabilidade das questões de múltipla escolha é usada para avaliação de competência leitora em exames de larga escala com função de praticidade para correção, além de maior rapidez na apresentação dos resultados. Os processos de atividades de avaliação sejam eles ligados à múltipla escolha ou discursiva, precisarão sempre ser feitos com um objetivo específico. Cada atividade escolhida poderá ter uma ação adequada dependendo dos fins a serem atingidos. A forma que for direcionada será o diferencial no processo avaliativo.

Entramos na seara do último capítulo, “Elaboração de questões de múltipla escolha segundo o modelo do ENEM”, no qual Araújo (2017) faz um pequeno relato histórico acerca do Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM, expondo os modelos iniciais propostos na época. De acordo com ela, várias inovações o acompanhavam, porém depois de 2008 parece ter se submetido às tradições educacionais, centrando na

disciplinaridade, passando a distinguir quatro áreas do conhecimento – Matemática e suas tecnologias, Linguagens, códigos e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias e Ciências humanas e suas tecnologias.

A autora afirma que o papel do ENEM na implementação da reforma do ensino médio trouxe a ideia de conceitos de situação-problema, interdisciplinaridade e contextualização, além de uma discussão entre professores e alunos sobre essa nova concepção de ensino. Também explica que o modelo de questão de múltipla escolha no exame é composto por questões objetivas compostas por três partes: texto-base, enunciado propriamente dito e a resposta composta por cinco alternativas.

Araújo (2017) relata uma problemática quanto a esse tipo de questão, deixando claro que se a leitura identificar mais de uma resposta, essa questão se encontrará mal formulada. Essa preocupação é levantada devido a possíveis erros de compreensão dos conceitos. O ENEM veio, inicialmente, como uma ferramenta em substituição aos antigos vestibulares. Sua meta era a de realizar avaliações destituídas de questões conteudísticas, centrando, nesse caso, não na memorização, mas sim nos conhecimentos prévios dos alunos. Embora com o passar do tempo o exame tenha mudado o foco, ainda pode oferecer algumas reflexões no tocante à construção dos seus enunciados, uma vez que o texto-base sempre vem munido de um conteúdo que propõe ao candidato certa observação e cuidado quanto à resposta, o que nesse sentido não deixa de fazer com que o aluno tenha que se esforçar um pouco mais para conseguir responder as questões.

Todas as propostas debatidas na obra "Enunciado de atividades e tarefas escolares: modos de fazer" trazem grandes contribuições no tocante à mudança nos rumos de atividades em sala de aula. A forma com a qual a autora conduziu o conteúdo demonstrou grande segurança epistemológica, além de conseguir detalhar com bastante precisão os comandos adequados à produção das atividades.

O trabalho é bastante coeso e nos apresenta muitas reflexões sobre o fazer educacional, quando observamos adequadamente a sua relevância pedagógica. As propostas se apresentam como um grande desafio para o nosso processo de ensino/aprendizagem, sobretudo, para uma parte de docentes que ainda são eivados de

vícios, os quais se remetem às velhas fórmulas que não cabem mais no processo educacional.

Consideramos o trabalho relevante e bastante importante. Educadores, pesquisadores e graduandos poderão refletir a respeito de todas as propostas para elaboração de atividades. É possível que algumas das proposições esbarrem nos meandros da contramão e de certo arcaísmo dentro da educação. Contudo, devemos crer que são diferentes dos modelos tradicionais que assolam nosso meio educacional há tempos. Qualquer um que entenda sobre educação, saberá que esses arquétipos obsoletos urgem rapidamente de mudanças, e a obra em destaque traz várias, cabendo a cada interessado fazer uso delas.

Recebimento: 24/10/2017

Aceite: 10/09/2018